

## No encaixe do fenómeno...

**A. Crianças na rua... construção actual?**

A velocidade com a qual o mundo avança, e as constantes descobertas que tendem a descobrir o que já está descoberto, levam-nos, actualmente, a relevar situações que se encaixavam no comumente aceite, na panóplia das coisas que "são assim porque são assim". Mas porque as sociedades evoluem, e porque também nós evoluímos, e porque as exigências de ambos aumentam, brota uma incessante e exigente necessidade de compreender alguns fenómenos que, se por um lado são peça, como se de um *puzzle* se tratasse, de uma sociedade formada por fragmentos, por outro, são capazes de por si só, reflectir o actual estado da mesma. Reflecte-se então, analisa-se, teoriza-se, e assim se contribui, ou pelo menos pensa-se contribuir, para o desenvolvimento, neste caso, das ciências sociais. E porque elas existem a pensar na compreensão da teia social, conseqüente intervenção, pensa-se também contribuir para o desenvolvimento das sociedades. Volpi (1998: 3) refere que "*O empenho do meio académico em pesquisar, estudar e elucidar esta história surge como um raio de luz no obscuro universo onde até há pouco tempo predominou o voluntarismo, a boa vontade, o espontaneísmo e o fatalismo.*"

E nas crianças de rua encontramos disso um bom exemplo... De acordo com uma nota introdutória do gabinete de estudos jurídico-sociais no livro de Castro (1997), o início da década de 90 marca o despertar para o fenómeno dos meninos de rua, com a vinda a público de diversas reportagens que abordavam a situação de dezenas de jovens que ocupavam prédios abandonados no centro de Lisboa, que apesar de viverem em condições péssimas, recusavam o apoio dos organismos de protecção a menores e sobretudo qualquer medida de internamento. Tratava-se de um grupo de crianças e jovens de difícil abordagem e compreensão, cujo comportamento, apesar de não lhes ser atribuída a prática de crimes graves, enchia de perplexidade e desconforto uma sociedade que, face às inúmeras e constantes recusas de ajuda, se questionava se devia considerá-los vítimas ou responsáveis pela sua condição de vida. Urgia um plano de intervenção capaz de fazer qualquer coisa por este grupo, mas dada a inovação de que o mesmo se revestia, programas de intervenção demorariam ainda algum tempo a surgir.

Assistiu-se no entanto a algum progresso e hoje em dia temos já alguns programas que lhes são especificamente dedicados, tanto ao nível público como privado, com equipas interdisciplinares que abandonaram as suas secretárias e foram para a rua numa tentativa de os ajudar. Uma das grandes dificuldades destas equipas, com que eu me deparei também no contexto em que desenvolvi a minha investigação, prende-se com a contagem do número exacto de crianças nestas condições e com a caracterização das mesmas, facto que se justifica não só com "*a mobilidade espacial dos indivíduos (...) mas também devido à maleabilidade e plasticidade de que dão provas quando confrontados com as mais diversas situações, o que complexifica a sua caracterização sócio-psicológica.* (Castro 1998: 27) "

Não menos importante que os programas de intervenção social, e como sinal de preocupação para com a problemática, surge, também, um quadro legal que passaremos de imediato a analisar. A Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo:

" (...) reformula o conceito de «menor em perigo», de forma a nele incluir não só aquelas situações em que a saúde, segurança, formação ou desenvolvimento de uma criança se encontram ameaçadas por não lhe serem prestados os cuidados adequados pelas pessoas responsáveis pela sua educação, mas também aqueles casos em que o risco provenha de comportamentos próprios da criança. Por outro lado, reconhecendo que essas crianças carecem de medidas de apoio especialmente adaptadas à sua situação, a mesma lei prevê especificidades nas decisões que lhes digam respeito, aceitando, nomeadamente, que as várias medidas a executar no meio natural de vida se acompanhem de directivas e obrigações próprias ou que as medidas de acolhimento sejam levadas a efeito em família «de tipo profissional», ou em «lar especializado». Para além disso, prevê, como medida fortemente inovadora, o «apoio para a autonomia de vida», que poderá encontrar um campo de aplicação privilegiado em relação a estas crianças que, com grandes experiências de rua e habituadas a uma liberdade quase sem limites, se adaptam mal a esquemas de vida rígidos e a forma de intervenção que apliquem um forte controlo. (Castro, 1997: 6)"

Eu gostaria que ficasse bem claro que não se pode confundir a criança na rua, criança com graves problemas de retaguarda familiar e social, com a criança rebelde que provavelmente muitos de nós fomos; crianças com vida, e sobretudo, crianças com espaço e tempo. A criança na rua não é, segundo Corona e Rizzini (2004), a génese do processo de marginalização a que se encontram expostas, mas a sua principal vítima; a criança marginalizada e excluída é um produto da sociedade em que nasceu, assume-se como uma das representações resultantes da negação de todos nós enquanto sociedade.

A UNICEF define crianças de rua como sendo um grupo constituído por crianças e adolescentes até aos 18 anos com as seguintes características:

- "1. Localização em zonas urbanas.
2. Os laços familiares se existem são débeis.
3. Desenvolvem espertezas e habilidades de sobrevivência.
4. A rua é o seu habitat principal, substituindo a família como factor essencial de crescimento e socialização. A vida que nela leva está sujeita a mudanças constantes em sua trajectória para idade adulta e se deixa a rua, indo a delegacias policiais, à cadeia, a algum abrigo, à sua casa ou a um lar substituto, será apenas temporariamente, para regressar em seguida.
5. Sua condição os expõe a riscos consideráveis (UNICEF n.º 8, 1989: 17/18)"

O presente estudo contempla, como já referi, a cidade de Braga, e independentemente da realidade que possamos encontrar ou do perfil do menino na rua desta cidade que possamos traçar, esta definição, à partida rígida e inflexível, servir-nos-á de pista. Partindo desta definição, e ao analisar a nossa realidade, estabeleceremos pontos comuns e/ou de divergência.

A expressão "meninos de rua" passou a fazer parte do nosso vocabulário. Sem sabermos bem como vulgarizou-se e não é a primeira vez que a vejo inadequadamente utilizada. Aparece frequentemente no discurso do senso comum, para, de uma forma depreciativa, e sobretudo englobante, se referir a crianças oriundas de meios sócio-culturais baixos, crianças com problemas de integração, sobretudo na escola (porque é o ponto de encontro), e com comportamentos que tocam o sector dos comportamentos desviantes. Os tempos que se vivem são diferentes, e as crianças deste tempo também o são, mas comportamentos há que atravessam gerações e se insistirmos em alterá-los, arriscamo-nos a perder a criança tal como a vamos ainda conhecendo, tal como gostamos dela – espontânea e aventureira. Proponho uma pequena pausa com a leitura do seguinte trecho:

"A criança é o princípio sem fim.

O fim da criança é o princípio do fim.

Quando uma sociedade deixa matar suas crianças é porque começou seu suicídio como sociedade.

Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

(Herbert de Sousa, Sociólogo)."

Convém não confundir rebeldia e astúcia, ambas indispensáveis à sobrevivência entre pares há poucos anos, com delinquência... Quem é que não bateu nos outros meninos, não roubou maçãs e uvas, ou o lanche do colega que era bem melhor do que o que vinha de casa, quem é que não se perdeu nas horas, enquanto calcorreava todas as ruas e ruelas do seu bairro? A sensação que eu tenho, de algumas discussões a que assisto, e em que participo até, é que aqui há alguns anos, muitos de nós, jovens com percursos normais, adultos perfeitamente integrados, analisados à luz dos padrões de exigência actuais, não teríamos escapado ao saco dos rebeldes inconformados, com comportamentos inoportunos, desviantes, próprios de quem não se adapta... mais um bocadinho e seríamos considerados meninos de rua, quem sabe?

Comecemos por nos centrar na palavra "criança". De acordo com João Sebastião:

"A expressão crianças de rua poderá resultar da constatação do fraco desenvolvimento físico de muitos dos membros do grupo, que sendo na realidade etariamente adolescentes, são por isso confundidos com crianças (embora também existam, mas em menor número). O fenómeno social Crianças na rua integra-se nesse leque de situações que não se enquadram nas concepções dominantes de infância/adolescência. A utilização desta expressão faz-se apenas por razões de ordem prática, implicando sempre a sua crítica e clarificação sociológica. (1995: 1)"

Dado que o meu interesse se prende de facto com as crianças mais novas, e que o meu universo é constituído por crianças até aos dez, doze anos de idade, referir-me-ei sempre a crianças, nunca a jovens nem a adolescentes.

Sebastião (1995) refere-se às "*concepções naturalistas*", como sendo as responsáveis pela divulgação do fenómeno das crianças na rua, que sobretudo nas grandes cidades, ganhou alguma voz porque passou a "dar nas vistas". E porque é que passou a dar nas vistas? Porque se tratava de algo a remeter para o mundo da marginalidade, da segregação, da exclusão, do «fora do lugar». Porque não passava de uma condição fora do sítio, à margem, um lugar à parte da sociedade (Corona e Rizzini, 2004.) Porque ganhou alguma projecção nas notícias e deu origem ao aparecimento de um quadro de solidariedade social capaz de dar resposta a algumas das necessidades destas crianças, que enquanto crianças, não possuem maturidade psicológica, social ou física (João Sebastião, 1995) ". Trata-se de uma faixa etária que por não ter atingido a maioridade, e como tal a idade legal para trabalhar, não pode, legalmente, sobreviver por si só. Logo, o Estado, responsável que é pela

assistência social, e sobretudo, (des) preocupado que tem de ser com os mais novos, activou os mecanismos ao dispor, para os apoiar e encaminhar... estávamos de facto perante um problema social, gritando por compreensão e intervenção!

Convém também não esquecer que este fenómeno só ganha relevância pela própria evolução do conceito e sobretudo do estatuto da criança. Na opinião de Montandon (1997), infância e crianças têm-se constituído cada vez mais como tema de investigação, mas tal facto é recente e deve-se à crescente importância que lhes tem vindo a ser atribuída, como tal, ao estatuto que lhes tem vindo a ser reconhecido. Volpi acrescenta:

"De uma forma didáctica os autores nos orientam a compreender o caminho percorrido desde a condição de não-ser criança, no contexto da colonização que massacrou as civilizações que não fossem cristãs, adultas e ocidentais, até ao actual momento, dito de transição paradigmática, em que crianças e adolescentes ganham status de sujeitos e direitos, constituindo-se enquanto cidadãos. (1998: 1)"

Se considerarmos o período da Grécia Antiga uma excepção, onde de facto a criança e a sua educação ocupavam um lugar primordial, e se recuarmos à Idade Média, temos uma criança imperfeita, marcada pelo pecado original, da qual o adulto devia libertar-se o mais rapidamente possível. Esta criança, que na maior parte das vezes não atinge a idade adulta, não é uma figura central, e o seu precoce desaparecimento não constitui para a sua família uma desgraça irremediável. Ela é encarada como um jovem adulto, e crescer significa aguardar pela capacidade, sobretudo física, de aprender uma profissão. A família não representa para a criança, tal como hoje em dia na maior parte dos casos, a afectividade e a estabilidade, mas antes, a única forma que elas tinham de sobreviver, de se desenvolverem e ganharem autonomia (Ariès, 1988).

Com o renascimento, que traz consigo a luz e a esperança, renasce também um novo conceito de criança que marca o início de uma nova forma de a ver e de a pensar. Das trevas, emerge um *Emílio*, que Rousseau descreve como uma criança com necessidades próprias e diferenciadas, um ser frágil e bom, muito dependente da sua família.

Este novo conceito não é apenas motor gerador de mudança na forma como se lida com os mais pequenos, mas também, de "*programas de intervenção no seio das famílias, destinados a normalizar as práticas relativas à infância, tentando mostrar que esse período de vida é o resultado de uma evolução biológica natural (...)*"

*considerando-se desviantes todas as situações que nele não se enquadrassem.* (Sebastião, 1998: 3)" Martine Xiberras refere-se a esta iniciativa, como "*uma tentativa, por parte das sociedades modernas, de reduzir a pluralidade e a diversidade do todo social, através da construção e imposição de valores universais, objectivo relativamente conseguido, embora sempre rodeado de controvérsia e dificuldades de integração* (1993: 195)", o que a meu ver, e se pensarmos que algumas centenas de anos mais tarde, continuamos com muitas sociedades que deliberadamente desrespeitam e abusam das (in)capacidades das suas crianças, não é de indignar.

O fenómeno crianças na rua, pelo fenómeno em si, e pela sua origem na inadequação da acção das famílias, foge portanto aos referidos programas de intervenção destinados a uniformizar práticas a que se refere Sebastião (1998), distancia-se do que é considerado padrão no percurso do desenvolvimento infantil. Desvia-se do socialmente normal, estamos perante um fenómeno de exclusão social caracterizada por privações económicas conjugadas com outras práticas discriminatórias (etnia, sexo, idade, entre outras), uma situação de desvantagem multidimensional e cumulativa de pessoas menores de idade pertencentes a grupos socialmente inferiorizados em relação à sociedade a que legitimamente pertencem.

Tal como refiro na introdução, são crianças, que pelo contexto familiar e social a que pertencem, pelas referências culturais e sistema de valores pelo qual se (não) regem, pela sua própria natureza mais inconformada, se desviam de casa, ocupam a rua, e aí passam a agir para sobreviver.

São crianças que procuram uma nova identidade capaz de as distinguir da família e do bairro de que são oriundos. Querem ser respeitadas pelos restantes do grupo que formam, ou em que se inserem. Trata-se mais uma vez de um fenómeno que resulta da influência exercida pelos processos estruturais de exclusão social sobre determinadas camadas sociais mais desfavorecidas.

A literatura existente refere-se, no caso português, à realidade das grandes cidades – Lisboa e Porto. Aqui, tal como já foi referido, não vamos falar de nenhuma destas cidades, vamos falar de Braga, cidade em que o fenómeno não terá ainda atingido as proporções das grandes cidades. Como iremos ver, não encontrei crianças totalmente desvinculadas da sua família, mas encontrei crianças que pela necessidade que sentem de não estar em casa, passam a maior parte do seu tempo na rua, recorrendo a algumas práticas que se podem comparar, a alguns níveis, com as das crianças de rua dos grandes centros. Pelo que me foi dado a perceber, ousaria

adiantar que os comportamentos destas crianças tocam tanto mais na delinquência, quanto maior é a necessidade de sobrevivência, como tal, quanto maior for o seu distanciamento de casa, o seu desprendimento da família.

Em Braga não encontramos a criança de rua "*pura*".

E o que é isso de criança de rua "*pura*"? Será apenas a que se instala de facto na rua? A que come e dorme na rua? Ou a que rouba os transeuntes? Ou será a que para sobreviver se vê obrigada a meter-se em esquemas menos claros? Ou a que para esquecer, ou ganhar coragem, se lança na perigosa aventura das drogas? Ou será que é isto tudo ao mesmo tempo? Afinal, acabo por me rever no desânimo de Machado Pais (2001), que no seu livro conta um episódio da sua investigação: quando se vê perante duas jovens universitárias, prostitutas, e fica na dúvida se serão elas porque não o parecem, conclui que afinal nem as cabeças dos sociólogos são imunes aos preconceitos. Ambos, ele relativamente às prostitutas, eu, relativamente às crianças de rua, temos na cabeça um "*tipo-ideal*", e sentimos necessidade de encaixar a realidade que encontramos na nossa investigação nesse "*tipo-ideal*".

Mas por tudo isto se investiga, e ao aperceber-me desta minha não imunidade ao preconceito, senti alguma necessidade de reflectir, de assumir uma atitude de reflexividade crítica ao meu papel enquanto investigadora, rever até alguns trechos da minha produção, a fim de corrigir alguma atitude ou mesmo alguma conclusão imatura. No fundo, o que fiz, foi analisar se estaria no caminho certo, se em momento algum me teria deixado influenciar por esse "*tipo-ideal*". Penso que para o esboço da criança de rua que ante fiz, contribuiu também, e já o referi algures, o que eu considero o meu manual de instruções, a porta de entrada para este mundo, o livro "Capitães da areia" de Jorge Amado.

Esta viagem ao mundo dos miúdos na rua, o sair do meu escritório para ir ter com eles, ajudou-me sobretudo a perceber que em Braga, temos, tal como tenho vindo a referir, uma realidade um pouco diferente da realidade de outras cidades maiores onde a exclusão social tem outra dimensão, onde atingiu proporções bem mais difíceis de controlar, impulsionando assim, no sentido lato da palavra, a luta pela sobrevivência. No entanto, e apesar das diferenças existentes de facto entre as diversas realidades, sobretudo ao nível do efeito, o fenómeno, partilha, nos diferentes locais, a raiz da problemática, a causa do fenómeno. João Sebastião, autor de alguns livros relacionados com esta temática na cidade de Lisboa, resume, em poucas linhas,

aquilo que eu desvendo, aos poucos, na minha cidade, que é um bom exemplo de crescimento e desenvolvimento actual, recente e acelerado:

"Os processos de segregação socioespacial, típicos do desenvolvimento urbano, constituem mecanismos de exclusão social, cujos efeitos se repercutem de forma selectiva sobre determinadas zonas periféricas da cidade. As situações de exclusão fazem-se sentir aí com especial incidência, em particular através da existência de um espaço físico degradado, de extensas manchas de pobreza e processos de violência simbólica exercida sobre os seus habitantes... (1998: 32) "

Em Braga, as "minhas crianças na rua" vivem em bairros sociais, muitos deles em casas absolutamente degradadas, pertencem a famílias numerosas, cujo núcleo, frequentemente, já se dissolveu; se não se dissolveu, a estabilidade não é a característica de referência e dá lugar à violência... os pais são, ou eram, em tempos, operários, trabalhadores pouco qualificados. Na maior parte dos casos, pelo menos um dos cônjuges, vive de um subsídio atribuído pela Segurança Social... Em Braga, as "minhas crianças na rua" vão à escola... e não gostam; um ou outro, por razões que vamos conhecer, toleram-na. Não gostam porque mais uma vez, a escola parece desintegrar mais do que integrar... ir à escola é aquilo a que se chama um "verdadeiro frete". Se em casa, o pai ou a mãe, para conseguirem qualquer coisa lhes batem, na escola, as "minhas crianças na rua" também batem quando precisam de alguma coisa que lhes é à partida negada. E repelem os outros meninos... e repelem os professores... e repelem os funcionários... e se as "minhas crianças na rua" não gostam da escola, nem de ninguém lá na escola, e se ninguém lá da escola gosta delas, optam por ir o mínimo de vezes possível, o indispensável... Cohen (1996) fala a propósito, da escolarização como um processo de violenta aculturação aliada à total desvalorização da cultura dessas crianças.

As minhas crianças só vão à escola quando são de facto obrigadas, e sabe-se lá por quem! Os pais, que deveriam ter uma palavra a dizer, muito raramente reclamam ou dispõem deste direito, o que é fácil de compreender dado que, e citando Sebastião,

"A autonomização precoce revela-se também parcialmente na relação distanciada que as famílias destas crianças têm com a escolaridade. Este é considerado um assunto da responsabilidade das crianças, sendo rara a interferência das famílias na sua evolução, o que mostra também o fraco papel que esta ocupa nas suas vidas. O distanciamento das famílias marginalizadas face à escola resulta de dois factores: Primeiro, estas famílias são em geral marcadas por uma história de insucesso escolar, tendo as representações e expectativas



sobre ela transmitidas de pais para filhos características negativas que realçam a violência e inutilidade desse esforço; segundo, a escola impõe às famílias um conjunto de reestruturações nas práticas quotidianas que são por vezes incompatíveis com o seu universo cultural, procurando interferir num leque de questões que pode ir desde a ordem dos gastos prioritários até à higiene pessoal. (1998: 33)"

Temos de admitir que as "minhas crianças na rua" não têm grande sorte ao nível dos "*contextos de socialização primária*"... rompem com a família, rompem com os colegas, com os professores, com os funcionários... fogem para a rua, onde encontram outras tantas como elas, incompreendidas, e onde as vivências lhes proporcionam verdadeiras aventuras e estatuto. Muito rapidamente desenvolvem mecanismos de defesa capazes de os integrar e de os fazer sobreviver à sua organização. Os grupos que os recém-chegados ao mundo da rua encontram sobrevivem normalmente à sombra da marginalidade ou mesmo da delinquência, e reclamam, por parte dos mais novos, ou dos recém-chegados, o mesmo tipo de comportamento, em que estes, em nome de uma rápida integração, e alguma protecção, rapidamente embarcam. As alternativas acabam por ser muito restritas; por um lado, este ambiente que eles encontram na rua em que são obrigados a alinhar, por outro, a falta de um suporte moral, uma personalidade que se desenvolveu de acordo com princípios e valores diferentes dos dominantes – sobrevivência, prazer, entreajuda, competição. A retaguarda destas crianças nem sempre as leva a optar pelo melhor dos percursos, a resistir, acabando por desistir, por não procurar alternativas.

A resolução do problema está na causa; a criança não pode é chegar à rua, porque depois de chegada, muito dificilmente abdica das vivências aí experimentadas. Na rua, ultrapassada a fase da aceitação, conseqüente integração, ela sente-se compreendida, inclusivamente apoiada. Sente-se finalmente em casa, perfilhou uma família feita de gente como ela, com quem partilha um espaço e um modo de vida que ela própria aprende a gerir. Os grupos que os mais novos encontram apresentam-se como grupos de protecção e segurança indispensáveis nestas andanças, e o fazer parte de um grupo, neste como noutro qualquer contexto, representa uma referência de identidade. A coabitação no espaço rua, leva ao florescimento de personalidades baseadas nos valores e/ou nos rituais que se estabelecem entre os elementos de um mesmo grupo, levando cada criança a reconstruir o seu próprio mundo social, oportunidade que não lhe foi dada no seio da sua família. As crianças apropriam-se dos espaços públicos como se de uma privatização se tratasse e delimitam fronteiras numa tentativa de gerir os seus semelhantes e os recursos. Esses espaços de todos nós, à partida descaracterizados,

tornam-se, pela acção das crianças que os ocupam, «lugares antropológicos» (Augé, 1993).

Sebastião (1998) acrescenta que estas crianças se apropriam destes espaços; esta apropriação é uma modalidade colectiva e individual que contribui para o processo de construção de identidade destas crianças e dos grupos que formam.

Para as "minhas crianças na rua", que não atingem um nível de ruptura total, nem com a família, nem com a instituição Escola, a rua surge como uma espécie de extensão natural da casa e/ou da escola, onde elas, como conseguimos perceber, conseguem uma afirmação e uma autonomia impensáveis noutros contextos. Para os pais e para os restantes conhecimentos, sobretudo os institucionais, das "minhas crianças na rua", é óptimo que elas se mantenham longe, assim não *chateiam*... e com sorte ainda trazem uns cêntimos que garantem a ceia tardia da família.

As crianças na rua não formam uma categoria homogénea, ideia que tende ainda a persistir nas descrições e nas conclusões de alguns autores. Pelo contrário, encontramos-nos perante uma categoria constituída por vários grupos, grupos que pela diversidade e diferença entre os indivíduos que os constituem, se pautam pela heterogeneidade; grupos que para emergirem e se organizarem enquanto tal, terão de passar por um processo de auto-conhecimento, de estabelecimento de regras, de hierarquias.

Lucchini (1993), um autor que também se dedica ao estudo das crianças de rua do Brasil, envereda por uma via que se entrecruza com algumas das conclusões que me foram dadas a tirar.

Ele fala das crianças de rua como constituindo um grupo social nada homogéneo. Apesar da existência de características comuns, refere-se a uma multiplicidade de casos únicos, situações individuais, que têm de ser analisadas separadamente, a título de combater esta percepção extremamente reducionista que se tem do mundo da rua. Isto, na opinião do autor, acaba por influenciar negativamente as políticas sociais e as estratégias de intervenção social, que acabam por não conhecer o cerne da questão, nem sequer os verdadeiros contornos da realidade, vendo frustrados à partida os seus objectivos, porque muito simplesmente, o que é para um, é para todos.

E intervindo desta forma, nunca conseguiremos erradicar as causas. Ao atentarmos caso a caso, estaríamos, segundo o mesmo autor (Lucchini, 1993), a privilegiar uma aproximação micro-sociológica já que estaríamos a partir da compreensão das práticas e das relações de cada criança considerada individualmente. O autor refere-se a um sistema "criança-rua", e propõe-se a analisar como causa deste sistema, as relações da criança (ser único), com outros actores sociais, com o espaço e com o tempo.

Na saída para a rua, e no processo mais ou menos fácil de adaptação, poderemos falar em estratégias de adaptação ao grupo e de sobrevivência na rua, mas não podemos, em momento algum, desprezar o peso exercido pelas competências afectivas, sociais, cognitivas e físicas da criança, e sublinho, ser único, que tem papel preponderante no seu desempenho social.

Estaremos portanto perante várias crianças, com antecedentes, numa primeira análise, muito semelhantes, cuja realidade deve no entanto ser tratada de forma singular dado o perfil único de cada uma. Cada um de nós, pelas suas referências, e pelo seu perfil único, reage às diversas situações, de forma diferente. Cada um de nós, é diferenciadamente marcado pelas suas experiências, pelos seus contactos, pela intensidade e pela força dos vínculos afectivos que estabelece, ou não, e isso vai reflectir-se no olhar que cada um tem do mundo, e na forma como vai agir sobre ele.

Só assim conseguiremos explicar porque é que duas crianças, com uma retaguarda social e/ou familiar aparentemente semelhantes, conseguem, em determinados momentos das suas vidas, dar respostas tão distintas aos desafios que lhes vão sendo (im)postos. Nem todas as crianças nascidas em famílias de meios sócio-económicos desfavorecidos, e/ou oriundas de bairros degradados da cidade ocupam a rua, se transformam em crianças, adolescentes, jovens ou mesmo adultos inadaptados, que optam por percursos alternativos.

Voltaremos a esta discussão mais à frente, mas fica para já a ideia de uma espécie de resiliência para a rua. Os casos em que tal não acontece, permitem-nos, a nós sociólogos, conservar alguma objectividade, permitem-nos virar as costas às ideias e aos (pre)conceitos que tão facilmente se instalam no senso comum, tentando ir mais além, dando-nos a força suficiente para continuar a trabalhar no sentido da compreensão dos fenómenos, causas e consequências, sobretudo causas, a fim de intervir a tempo, e assim, de os evitar.

Mostra-se de facto preponderante, no nosso trabalho, o papel activo das crianças enquanto (ir)responsáveis e (in)conscientes por todo o seu percurso. Lucchini (1993) realça constantemente esta ideia: definir a criança de rua como vítima ou delinquente dá-nos uma percepção muito redutora de uma realidade bem mais complexa, e resulta, na prática, na estigmatização da mesma.

Defendo uma aproximação "*intercultural*" (Lucchini, 1993) ao mundo da rua exactamente como ele é vivido pela criança.